

SUMÁRIO

1	AS DECISÕES ATÍPICAS NO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE E A TANGIBILIDADE DO CASO JULGADO.....	23
1.1	Introdução	23
1.2	Controle Estatal da Constitucionalidade.....	24
1.2.1	Brevíssimos Apontamentos Históricos	24
1.2.2	Garantia da Constituição e Poder Estatal.....	28
1.2.3	Sistemas de Fiscalização.....	31
1.2.4	Normas Passíveis de Controle e Fiscalização Judicial.....	32
1.2.5	Formas e Tempo de Fiscalização.....	36
1.3	Juízos Judiciais de Controle de Constitucionalidade.....	38
1.3.1	Controle Jurisdicional Difuso ou em Concreto.....	38
1.3.2	Controle Jurisdicional Concentrado.....	43
1.4	Decisões dos Tribunais.....	45
1.4.1	Decisões em Controle Preventivo e seus Efeitos	45
1.4.2	Decisões em Controle Concreto e seus Efeitos.....	47
1.4.3	Decisões em Controle Abstrato e seus Efeitos.....	54
1.5	Consequências sobre o “Caso Julgado”.....	59
1.5.1	O Caso Julgado Inconstitucional	59
1.5.2	A Relativização do Caso Julgado e a Posição Majoritária da Doutrina e sua Recepção nos Tribunais Constitucionais.....	68
1.6	Conclusões	74
1.7	Referências	77
2	PROVIDÊNCIAS ESPECIAIS – URGENTES, CAUTELARES E EVIDENTES: UMA VISÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO EUROPEU E SEU REFLEXO BRASILEIRO.....	81
2.1	Introdução	81
2.2	O Contencioso Administrativo.....	83



2.2.1	Breves Apontamentos Históricos e a Evolução dos Poderes do Julgador	83
2.2.2	O Alargamento das Garantias no Pós-1974	89
2.2.2.1	Cláusulas gerais processuais	92
2.2.3	As Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo.....	100
2.2.3.1	A constitucionalização da jurisdição administrativa – um reflexo do neoconstitucionalismo	104
2.3	As Espécies de Tutelas Processuais Brasileiras.....	110
2.3.1	As Tutelas Processuais Clássicas.....	110
2.3.2	Tutelas Processuais Modernas	112
2.4	O Sistema de Urgência no Contencioso Administrativo em Portugal.....	114
2.4.1	Regime e Princípios dos Procedimentos Administrativos em Portugal	114
2.4.1.1	Tutela jurisdicional efetiva e plena	114
2.4.1.2	Cumulação de pedidos	118
2.4.1.3	Igualdade das partes.....	118
2.4.1.4	Promoção do processo	118
2.4.1.5	Simplificação e agilização procedimental.....	118
2.4.2	As Providências Cautelares no Atual Contencioso Português e a Formação da Tutela Asseguratória	121
2.4.2.1	Tutela de urgência no contencioso administrativo <i>sub judice</i>	131
2.4.2.2	Espécies de procedimentos de urgência no CPTA e a instrução cautelar.....	139
2.4.2.3	O projeto do novo Código de Processo Civil – tutelas de urgência e evidência.....	144
2.5	Conclusões	150
2.6	Referências.....	152
3	CRISE JURISDICIONAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PRINCÍPIO DA ORALIDADE	157
3.1	Introdução	157
3.2	Direitos Fundamentais e Direitos do Homem	158
3.2.1	Evolução Histórica e Enfoque “Pré-João Sem Terra”	162
3.2.2	Classificação Frente ao Estado Social e Humano	167
3.2.3	Conclusão Parcial	171
3.3	Direitos Fundamentais Prestacionais.....	173
3.3.1	O Fenômeno da “Judicialização”.....	176

3.3.2	As Sugestões para a Crise Jurisdicional.....	181
3.3.3	Acesso à Justiça e as Evoluções Procedimentais Cíveis	183
3.3.4	Justo Processo e Oralidade: Efetividade ou Celeridade?	185
3.3.5	Conclusão Parcial	188
3.4	A Oralidade: Conceitos e Características Históricas	190
3.4.1	Sentido Etimológico	193
3.4.2	Sentido Principiológico.....	194
3.4.3	Sentido Instrumental	195
3.4.4	Conclusão Parcial	197
3.5	Oralidade Aplicada.....	197
3.5.1	Os Juizados Especiais no Brasil.....	197
3.5.2	Anotações Históricas e Aplicações Práticas em Portugal e no Brasil... ..	200
3.5.3	Oralidade na Instância Recursal Especializada.....	203
3.5.4	Conclusão Parcial	208
3.6	Oralidade na América Latina, Europa Ocidental e na <i>Common Law</i>	209
3.7	Conclusão	212
3.8	Referências	214
	ÍNDICE ALFABÉTICO	217